

Tendência é de prêmios crescentes

Resseguros Fim de monopólio aquece disputa pelo mercado

Por **Adriana Aguilar** | Para o Valor, de São Paulo

Entre 2008 e 2013, o total dos prêmios de **resseguros** saltou de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 7,8 bilhões, quando o Brasil deixou de abrigar uma resseguradora para ter dezenas, com a abertura do setor. Hoje, uma centena de companhias, incluindo internacionais e nacionais, atua no mercado brasileiro. Sem o conforto da época do monopólio, algumas empresas brasileiras interessadas em ter o risco mais grave coberto tiveram de investir em segurança ou pagar bem mais caro por uma cobertura de **seguro** e **resseguro**. Mesmo com a disputa acirrada por espaço e resultados, somada à criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), a expectativa do setor no médio e longo prazo é bastante otimista para as resseguradoras.

"O futuro é de muita atividade no setor de **resseguros** em decorrência da quantidade de obras de infraestrutura em execução", diz o presidente do IRB Re, Leonardo André Paixão. O faturamento, em prêmios, tem potencial para continuar crescendo 15% ao ano no setor de **resseguros**, pelo menos, nos próximos três anos, diz Paulo Pereira, presidente da Federação Nacional das Empresas de **Resseguros** (Fenaber), também presidente da Transatlantic Re no Brasil.

Até 2007, quando foi publicada a Lei complementar 126 e a Resolução 168 da **Superintendência de Seguros Privados (Susep)**, permitindo a quebra do monopólio exercido pelo Instituto de **Resseguros** do Brasil (IRB), o Brasil figurava ao lado de Cuba e Costa Rica entre as poucas economias do mundo a manter um monopólio no setor. Desde 2008, vários players, tanto internacionais quanto locais, disputam terreno neste primeiro estágio da euforia. Ainda é esperada a chegada de mais players dentro de uns 18 meses, com o crescimento do mercado e resultados apertados para as empresas.

Uma segunda fase prevê o desenvolvimento de uma visão mais técnica, em que as resseguradoras tratam a seguradora como cliente, oferecendo ferramentas para a eficiência do trabalho dela. "O importante é a parceria entre resseguradora e seguradora", explica o diretor financeiro e operacional da resseguradora Terra Brasis, Rodrigo Botti. "A partir daí, no longo prazo, as oportunidades para resseguradoras comprometidas com o Brasil serão vastas", completa.

No tempo do monopólio, o IRB subscrevia 100% de todos os riscos, isto é, aceitava tudo. Dessa maneira, os segurados não se preocupavam com iniciativas de prevenção a diferentes riscos.

Com a abertura, o mercado passou a subscrever os "riscos difíceis" com mais critério. E os riscos agravados (fábrica de colchão, madeireiras, entre outros) começaram a ser negados. Foi gerada a polêmica dos "riscos declináveis". Alguns profissionais do setor não gostam do termo. Dizem que todo risco, mesmo os mais graves, podem ter cobertura. Quando há prevenção, não seriam recusados (declináveis).

No período do monopólio, os segurados, acostumados com a predisposição do IRB em aceitar tudo, sofreram com o período de transição do monopólio para o mercado aberto. Alguns apreenderam a lição. Investiram na prevenção do negócio e na gestão do risco. "Com as sugestões de proteção das seguradoras, o **seguro** para riscos agravados são realizados. Há até seguradoras especializadas neste mercado", explica Paulo Pereira. "O problema de cobertura para os riscos agravados está sendo resolvido como oportunidade para algumas seguradoras."

Na avaliação do presidente do IRB Re, a dificuldade por coberturas para os riscos agravados também é uma questão de adaptação à nova realidade do mercado. Não se trata de um problema do governo. Cada empresa tem de fazer a lição de casa. "Hoje não há mais o conforto da época do monopólio. É preciso investir em proteção, pagar um **seguro** mais caro. Se o risco não está sendo aceito, é indicação de que alguma medida precisa ser tomada", diz Paixão. Para isso, o governo planeja criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), para prestar serviços para estatais sem necessidade de licitação e seguir regras específicas da Susep.